

Geografia, território e guerra: os conflitos cispatinos da primeira metade do século XIX

*Geography, territory and war: The cisplatine conflicts
in the first half of the nineteenth century*

Pedro Diniz Rocha*

Resumo

A relação bilateral entre Brasil e Argentina tem na primeira metade do século XIX um de seus períodos mais conturbados, tendo em duas ocasiões o conflito escalado a ponto de eclosão da Guerra Cisplatina (1825-28) e da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). A partir de uma primeira aproximação tende-se a creditar as causas das guerras entre Buenos Aires e Rio de Janeiro à disputa pela liderança ou pela hegemonia na Bacia do Prata. Entretanto, a partir da Explicação Territorial das Guerras de Vasquez (1995) se objetiva demonstrar a importância primária da questão territorial relativa à posse da Banda Oriental para a escalada do conflito entre os dois países.

Palavras-Chave: Território; Guerra; Bacia do Prata; Brasil; Argentina; Uruguai

Abstract

The bilateral relation between Brazil and Argentina had at the first half of the 19th century one of the most turbulent periods of its history, with the war arising at two occasions: 1825-28, Cisplatine War, and 1851-52, War against Oribe and Rosas. At first glimpse, looks like the two wars were fought because Brazil and Argentina were fighting for leadership or hegemony at the La Plata River Basin. However, onwards the Territorial Explanation for Wars, this article aims to demonstrate the importance of territorial issues related to the possession of the "Banda Oriental" for the outbreak of the two conflicts.

Key-Words: Territory; War; La Plata River Basin; Brazil; Argentina; Uruguay

* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e membro do Grupo de Pesquisa Relações Internacionais do Atlântico Sul. Contato: pedro.diniz.rocha@gmail.com.

Introdução

As relações internacionais, em certo sentido, caminham ao longo do tempo dentro de um complexo continuum conflito-cooperação. Em alguns momentos, quando as divergências de interesse parecem não ter resolução por via pacífica, os Estados se aproximam do eixo do conflito e, conseqüentemente, da possibilidade de confronto militar direto. Por outro lado, na medida em que normas e instituições são criadas e a possibilidade do diálogo é posta sobre a mesa as relações tendem a se aproximar do eixo da cooperação.

Neste artigo, tratar-se-á de um período bem particular da história da relação bilateral entre Brasil e Argentina em que o diálogo não era opção e as divergências de interesses acabaram escalando de forma a eclodir a guerra. Isto é, será retratado o período entre a Segunda Invasão Portuguesa a Banda Oriental em 1816 e a queda de Juan Manuel Rosas (1851/52) tendo como objeto de estudo os conflitos cisplatinos da primeira metade do século XIX – lê-se Guerra Cisplatina (1825-28) e Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

Indaga-se, aqui, se os conflitos cisplatinos da primeira metade do século XIX refletiram uma disputa entre Brasil e Argentina por liderança ou maior influência Regional. Ademais, tem-se como hipótese de trabalho o argumento de que não necessariamente os conflitos cisplatinos refletiram esta disputa, mas uma divergência de interesses entre Buenos Aires e Rio de Janeiro acerca do espaço geográfico relativo à Banda Oriental da Bacia do Rio da Prata. Ou seja, acredita-se que apesar de em um primeiro momento parecer uma disputa por liderança ou hegemonia dada importância político-estratégica da região, a questão territorial está no cerne dos conflitos.

O artigo se subdivide em três partes. Em um primeiro momento serão tratadas questões teóricas relativas ao conceito de espaço, territorialidade humana e território e explicitado o modelo de Explicação Territorial das Guerras. Logo em seguida serão analisadas questões internas relativas ao pós-independência de Brasil e Argentina que são tidas como importantes para a compreensão da posição de Buenos Aires e Rio de Janeiro acerca da Bacia do Prata entre 1816-51. Por fim, caminhar-se-á para âmbito internacional onde serão analisadas tanto a Guerra Cisplatina, quanto a Guerra contra Oribe e Rosas tendo como referência o marco teórico discutido na primeira parte do artigo.

Geografia, território e guerra

As Relações Internacionais (RI) são em seu cerne uma disciplina de caráter transdisciplinar. Tradicionalmente modelos teóricos e conceitos de outras disciplinas científicas são incorporados ao campo e utilizados como instrumentos para compreensão do internacional. No entanto, é interessante notar o fato de que apesar da transdisciplinaridade das RI, a Geografia vem desde o fim da segunda guerra mundial sendo deixada de lado por teóricos e analistas (DALBY, 2009; DIEHL, 1991).

Pode-se dizer que as duas principais razões do desinteresse do campo pela disciplina são: i) a má fama lograda pela disciplina no pós-segunda guerra, onde era entendida como instrumento para a guerra, o conflito e a dominação e ii) as críticas à geografia política clássica por seu caráter ultra determinista. Acredita-se que, contrastando as razões supracitadas, ao final deste artigo poderá ser demonstrada a possibilidade de aplicação da Geografia no que tange aos estudos de Segurança e Resolução de Conflitos deixando de lado o caráter determinista da Geografia Política clássica (DALBY, 2009; DIEHL, 1991).

Nesta primeira parte do Artigo será apresentado o marco teórico a ser utilizado para compreensão do objeto de estudo, *os conflitos cisplatinos da primeira metade do século XIX*, e resolução da pergunta de partida, *Os conflitos cisplatinos da primeira metade do século XIX refletiram uma disputa entre Brasil e Argentina por uma liderança ou maior influência regional?*. Nesse sentido, será abordado o conceito de Território com base na perspectiva de David R. Sack (1986) e a perspectiva de “Explicação territorial das Guerras” proposta por John Vasquez (1995).

Território e Territorialidade Humana

Como ponto de partida para a discussão acerca de território, tomar-se-á como base a perspectiva ampla de território proposta por David R. Sack em *Territorialidade Humana: sua teoria e história* (1986). Caracteriza-se aqui a perspectiva de Sack (1986) como ampla na medida em que o território é compreendido como elemento que vai além do Estado, apesar deste ser um atributo intrínseco a esse. Ou seja, é possível existir território onde não há Estado, mesmo que o contrário seja analiticamente impensável. O que caracteriza a existência do território é o papel exercido pelo Estado e não o Estado *per si* (SACK, 1986).

Contraopondo-se a abordagens advindas da biologia e da psicologia, Sack (1986) defende que a territorialidade humana é não um instituo natural ou biológico, mas um instrumento para o exercício do poder. Além disso, o território e a territorialidade devem ser vistos dentro de um contexto espaço-temporal específico e compreendido a partir da maneira pela qual as pessoas utilizam a terra, organizam o espaço e, por fim, significam o lugar (SACK, 1986).

Segundo Sack (1986), a territorialidade humana é o elemento chave para entender a relação do homem e da sociedade com o espaço geográfico. Além disso, ela pode ser vista como uma estratégia geográfica para o exercício da dominação e do controle social. Definindo formalmente, Sack (1986, p.19) postula a territorialidade humana como a “tentativa por um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações pela delimitação de uma área geográfica”. Esta será denominada território (SACK, 1986).

O território, então, requer do indivíduo ou grupo que reivindica direito sobre ele um esforço constante para sua manutenção. Ou seja, pressupõe uma contínua capacidade de afetar, influenciar e controlar. Caso este indivíduo ou grupo por alguma razão perca tal capacidade ou não tenha a vontade de exercê-la o território deixa de existir naquele contexto espaço-temporal (SACK, 1986).

Por fim, se faz necessário destacar três facetas implícitas na definição de Sack (1986) e essenciais para a compreensão do fenômeno da territorialidade humana. i) Todo território inclui uma forma de classificação por área. Ou seja, define o que somos *nós* e o que são *eles*, o que pertence a *nós* e o que pertence a *eles*; ii) Todo território inclui uma forma de comunicação expressa em fronteira, elemento simbólico para definição de posseção e exclusão; iii) Todo território inclui uma forma de controle social que manifesta-se em relações de poder, já que a territorialidade humana pode ser vista como estratégia geográfica para o exercício do poder social (SACK, 1986, p.32)

A Explicação Territorial das Guerras

Tendo-se definido territorialidade humana e compreendido de forma mais clara o conceito de território, será agora abordado o modelo de Explicação Territorial das Guerras de Vasquez (1995). Além disso, será examinada sua relação com o binômio – geografia como facilitadora do conflito-geografia como fonte de conflito – proposto por Diehl (1991).

Vasquez (1995) dá início ao seu raciocínio indagando acerca do porque guerras entre Estados vizinhos serem mais frequentes do que guerras entre Estados territorialmente afastados. Segundo o autor três perspectivas diferentes, mas, em certo sentido, relacionadas dão resposta a essa pergunta: i) Perspectiva da Proximidade; ii) Perspectiva da Interação; iii) Perspectiva da Explicação Territorial das Guerras (VASQUEZ, 1995)

Antes de avançar no raciocínio de Vasquez, cabe acrescentar que: i) as duas primeiras perspectivas estão conectadas com o que Diehl (1991) denomina geografia como facilitadora do conflito. Ou seja, elas dão ênfase em como determinadas variáveis ligadas a geografia podem aumentar as possibilidades de conflito entre os Estados, mas, devem ser entendidas somente como propulsoras ou pré-condições para a guerra e não como causa do confronto; ii) a terceira perspectiva se conecta ao que Diehl (1991) denomina geografia como fonte de conflito, ou seja, defende como causa primária de conflitos a disputa pelo controle de um espaço geográfico (DIEHL, 1991; VASQUEZ, 1995).

De acordo com a perspectiva da proximidade – ou Gradiente da Perda de Poder (GPP) –, as guerras ocorrem mais frequentemente entre Estados territorialmente próximos já que a distância diminui a capacidade dos Estados travarem um confronto militar direto. Ou seja, na medida em que um Estado se afasta de seu território o confronto torna-se mais oneroso, multiplicam-se as dificuldades logísticas e, conseqüentemente, o poder do Estado e a disposição para guerra diminuem (DIEHL, 1991; SAKAGUCHI, 2011; VASQUEZ, 1995).

Assim, pode se concluir a partir dessa perspectiva que a distância pode garantir a viabilidade da guerra entre dois Estados. Em outras palavras, ela pode atuar como uma pré-condição para a guerra ao aumentar a disposição de dois Estados para iniciar um confronto militar direto como meio de solucionar determinado conflito de interesses. O que não significa que Estados vão entrar em confronto militar direto simplesmente por se localizarem territorialmente próximos (DIEHL, 1991; SAKAGUCHI, 2011; VASQUEZ, 1995).

No que tange a Perspectiva da Interação, pode se dizer que: i) se as guerras podem ser entendidas como um meio de resolver conflitos de interesse que não podem ser solucionados de outra maneira; e ii) se os conflitos de interesse tendem a aumentar com o aumento das interações. Logo, um aumento na interação entre

dois Estados tende a aumentar o número de conflitos de interesse e, assim, a possibilidade de se travar um confronto militar direto (VASQUEZ, 1995).

Entretanto é preciso ressaltar que uma vez mais falamos de viabilidade e aumento de probabilidade e não de causalidade. O aumento da Interação não necessariamente leva ao eclodir da guerra entre dois Estados, mas ao aumento da probabilidade de surgir conflitos de interesse e, conseqüentemente, daqueles em que não é possível uma solução outra que não o confronto militar direto. Cabe destacar, ainda, que algumas correntes defendem o fato de o aumento da interação proporcionar uma maior confiança e entendimento com o outro. Logo, mesmo se eventualmente se elevarem o número dos conflitos de interesse, haverá mais chance de os mesmos serem resolvidos através da cooperação (VASQUEZ, 1995).

A Explicação territorial das guerras, ao contrário das duas anteriores não se trata de uma perspectiva na qual a geografia atua exclusivamente como facilitadora. Aqui, tem-se que ela é causa fundamental para o conflito e para eclosão das guerras. Ou melhor, se defende que espaços geográficos em disputa elevam a probabilidade da guerra entre dois Estados, já que conflitos de interesse dessa natureza são de mais difícil resolução e, conseqüentemente, mais frequentemente levam a escalada do conflito (HENSEL, 1997; VASQUEZ, 1995; VASQUEZ e HENEHAN, 2001; WALTER, 2003).

A Explicação Territorial das Guerras, no entanto, não defende que a disputa por espaços geográficos são a única causa para o conflito e para a eclosão da guerra. Argumenta-se, na realidade, que divergências de interesse no que tange ao espaço geográfico são as mais propensas à escalada do conflito a ponto de eclosão de um confronto militar direto. Em outras palavras, i) “assuntos que envolvem o espaço geográfico são mais aptos a gerar divergências de interesse” e ii) “divergências de interesse deste tipo tendem a acabar em guerra mais frequentemente do que divergências em outros assuntos” (HENSEL, 1997; STARR, 2005; VASQUEZ, 1995, p.285, tradução livre¹;WALTER, 2003).

Segundo Paul Hensel (1997), divergências de interesse em questões espaciais-territoriais são mais críticas e propensas para a escala do conflito porque usualmente três tipos de fatores estão

1. “...territorial issues are more apt to give rise to disagreements and that those disagreements have more often ended in war than disagreements over other issues” (VASQUEZ, 1995, p.285).

presentes: i) Fatores Tangíveis; ii) Fatores Intangíveis; iii) Reputação. No que tange aos fatores tangíveis, um espaço geográfico pode ter valor para determinado Estado na medida em que a) contém recursos naturais como petróleo, minerais, água ou terra fértil, b) localiza-se em ponto estrategicamente importante que pode dar vantagem no jogo geopolítico para o Estado que controlar a região (ex.: acesso ao mar e rota comercial ou militar), c) possui estrutura natural que contribui para a segurança do Estado. A partir dos fatores tangíveis, pode-se concluir que: “quanto maior o valor econômico e quanto maior o valor estratégico de determinado espaço geográfico, menos os Estados estão dispostos a negociar” (VASQUEZ, 1995; HENSEL, 1997; WALTER, 2003, p.141, tradução livre²).

Além dos fatores tangíveis, fatores intangíveis também exercem grande influência na maneira pela qual os Estados encaram divergências de interesses envolvendo questões espaciais. Determinados espaços geográficos podem ter grande valor simbólico e histórico para determinadas nações, o que o torna indivisível e percebido como exclusivo para a população. Nesse sentido, pode-se afirmar que “quanto maior o valor simbólico de um espaço geográfico em disputa, menos os Estados estarão dispostos a negociar” (HENSEL, 1997; WALTER, 2003, p.141, tradução livre³).

O terceiro fator atestado por Hensel (1997) é a reputação. A decisão dos Estados de negociar ou deixar escalar o conflito pode estar relacionada à expectativa que ele tem de possíveis divergências futuras. Estados podem ter receio de negociar e ceder determinado espaço geográfico para outro Estado ou grupo separatista porque temem a demanda de outros atores por outros espaços. Isto é, eles podem estar mais dispostos a entrar em confronto militar direto em um primeiro momento como forma de deter terceiros a demandar outros espaços geográficos no futuro. Pode se afirmar, então, que a “disposição dos Estados para negociar é inversamente proporcional ao número de atores que ele espera ter, no futuro, uma divergência de interesses no que tange a questão espacial” (HENSEL, 1997; WALTER, 2003, p.140, tradução livre⁴).

2. “Hypothesis 2: Governments will be less willing to acquiesce to a challenge the higher the economic value of the disputed land; Hypothesis 3: Governments will be less likely to acquiesce to a challenge as the strategic value of the land under dispute increases” (WALTER, 2003, P.141)

3. “Hypothesis 4: Governments will be less willing to acquiesce to a challenge as the symbolic value of the territory under dispute increases” (WALTER, 2003, p.141)

4. “Hypothesis 1: A Government’s willingness to accommodate demands for territorial

Avançando no raciocínio de Vasquez (1995), pode-se argumentar que mesmo sendo questões territoriais mais aptas que outras questões na produção de um confronto militar direto, a guerra não é de todo inevitável. Como qualquer outro tipo de divergência de interesse o espaço geográfico não necessariamente leva a guerra. A maneira como os Estados em conflito lidam com essa divergência de interesse influencia a forma pela qual esta será resolvida. Nesse sentido, o conflito pode tanto escalar a ponto de culminar na eclosão de uma guerra como os Estados podem estar dispostos a cooperar e construir juntos uma alternativa para o problema (VASQUEZ, 1995; VASQUEZ e HENEHAN, 2001).

Ademais, segundo o autor é plausível se entender o conflito entre dois Estados no que tange a questões territoriais envolver somente um período histórico finito. Destaca-se o fato de que uma vez resolvidas às questões envolvendo o espaço geográfico, a probabilidade de guerra entre os dois atores antes em conflito diminui consideravelmente. Isto é possível, pois a partir daí, pode surgir um sistema de instituições e normas que atuarão como variáveis intervenientes e irão possibilitar aos Estados optar pela cooperação (VASQUEZ, 1995; VASQUEZ e HENEHAN, 2001).

É notória para Vasquez (1995) a importância das normas e instituições para a garantia de que questões territoriais não levem ao conflito militar direto. Em suas palavras, “a frequência das guerras em um sistema pode variar dependendo do nível de aceitação e da precisão das normas que governam disputas territoriais” (VASQUEZ, 1995, p.283-284, tradução livre⁵). Nesse sentido, uma vez os acordos sendo escritos e tendo-se a garantia de terceiros para o cumprimento do mesmo é racional para os Estados optarem por resolver futuras divergências de interesse em questões territoriais de forma cooperativa (VASQUEZ, 1995; VASQUEZ e HENEHAN, 2001) .

Por fim, no que tange a resolução de conflitos envolvendo questões espaciais é preciso ressaltar dois pontos caros para nosso objeto de estudo e relacionados a Explicação Territorial das guerras: i) a mediação de terceiros na negociação e ii) a criação de Estado tampão (do inglês *Buffer State*) como solução para o impasse. A intervenção de

autonomy or Independence will be inverserly related to he number of additional challengers a government expects to encounter in the future” (WALTER, 2003, P.140)

5 .”The frequency of war in a historical system can vary depending on whether it has established widely accepted and precise norms govern- ing territorial disputes...” (VASQUEZ, 1995, p.283-284)

terceiros por mediação deve ser entendida como um método direcionado a resolver de forma imparcial e mais eficiente a divergência de interesses entre dois Estados. Segundo Hensel (1997), seu papel na negociação de questões envolvendo o espaço geográfico é altamente recomendável em situações onde i) “tentativas anteriores de negociação tiveram insucesso” ou ii) “os dois Estados estão em luta ou recentemente estiveram em confronto militar direto” (FISHER, 2010; HENSEL, 1997, p.14 tradução livre⁶; VASQUEZ, 1995).

Ademais, um Estado tampão é aqui definido baseado no artigo de Ahmadi *et al* (2013) como um Estado neutro e independente que se localiza entre dois Estados maiores de modo a separá-los e, assim, reduz a probabilidade de aflorar divergências de interesse no que tange a questões espaciais. Nesse sentido, a criação de um Estado tampão, quando aceita pelas duas partes em conflito, pode ser fundamental para a estabilização de fronteiras em uma região (AHMADI *et al*, 2013, p.1020; VASQUEZ, 1995).

Por fim, tendo-se finalizado o marco teórico as duas próximas seções tratarão de nosso objeto de Estudo. Em primeiro lugar serão analisadas as características internas do período pós-independência de Brasil e Argentina que, quando ligadas a questão da Bacia do Prata, podem ter contribuído para a eclosão dos conflitos platinos na primeira metade do século XIX. Logo depois, a análise caminhará para o âmbito internacional, ou seja, para análise da divergência de interesse entre Brasil e Argentina no que tange a Banda Oriental.

O pós-independência de Brasil e Argentina

O processo de independência argentino tem início no ano de 1810 com a *Revolución de Mayo* e a consequente independência do Vice Reinado do Rio da Prata. No entanto, ao contrário do caso brasileiro, faltava ali um governo com legitimidade assegurada e poder centralizado. O que pode ter contribuído para em 1816, após o Congresso de Tucuman, já não fazerem parte das Províncias Unidas da Bacia do Prata, o Alto Peru (correspondente a parte da atual Bolívia), a Banda Oriental (correspondente ao atual Uruguai) e o Paraguai (DORATIOTO, 2012, 2014; PAYRÓ, 2008).

6. “Non-binding third party settlement attempts are most likely when the territory is highly salient, recent settlement attempts have been unsuccessful, and the two parties are fighting or have recently fought a full-scale war” (HENSEL, 1997, p.14)

Ademais, cabe destacar a intensa disputa política de dois grupos distintos dentro das Províncias Unidas: Os Unitários e os Federalistas. De um lado, os unitários defendiam os interesses da burguesia portenha, um Estado centralizado em Buenos Aires e reintegração das províncias perdidas durante a primeira metade da década de 1810. Por sua vez, os federalistas demandavam a criação de um Estado descentralizado, ou melhor, de uma Confederação de Províncias onde estas teriam maior autonomia política e econômica em relação à Buenos Aires (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995;PAYRÓ, 2008).

No ano de 1826, Bernardino Rivadavia foi eleito primeiro Presidente da República após manobra política unitária em fevereiro do ano anterior. Como consequência passou a existir um poder executivo permanente e aumentaram as pressões internas portenhas a favor da reintrodução da Banda Oriental como território argentino. É nessa conjuntura que o unitário Juan Antonio Lavalleja e seus *Treinta y Tres Orientales*, respaldados pela burguesia portenha, invadem a Banda Oriental e dão início a Guerra Cisplatina (PAYRÓ, 2008; DORATIOTO, 2012,2014).

A Guerra Cisplatina teve duração de três anos (1825-28) e acabou por desgastar ambas as partes do conflito, já que após a conquista do interior da Banda Oriental pela Argentina a guerra chegou a um impasse. Os argentinos não conseguiam expulsar os brasileiros de Montevideu e Sacramento e os brasileiros eram incapazes de expulsar os argentinos do interior. Nesse sentido, sobre pressão e mediação inglesa, Rivadavia negocia a paz e estabelece a independência da Banda Oriental. Como consequência, a ordem interna conquistada em 1825 pelos unitários se esfacela e Rivadavia renuncia (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995; PAYRÓ, 2008)

A tensão pós 1828 entre Federalistas e Unitários cresce em níveis exponenciais no interior da Argentina tendo como fato culminante a eleição de Manuel Dorrego (federalista) como governador da província de Buenos Aires e sua posterior deposição e execução por Lavalle e os Unitários. Nesse momento inicia-se uma árdua disputa militar entre os dois grupos. Disputa que tem se apazigua no ano de 1831 com a assinatura do Pacto Federal e ascensão de Juan Manuel Rosas ao poder. Ascensão consolidada com o início de seu segundo governo em 1835 e com a materialização da Confederação Argentina (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995; PAYRÓ, 2008).

A importância da era Rosas para as relações internacionais na Bacia do Prata, em geral, e para a Argentina, em particular, é notável. Internamente Rosas conseguiu por um bom tempo estabilizar as tensões entre federalistas e unitários. A partir de sua mão de ferro a Confederação Argentina finalmente passa a ter um executivo mais ou menos estável e a aduana de Buenos Aires ganha importância crescente no cenário internacional. No entanto, essa centralização excessiva do poder na mão de Rosas e medidas comerciais prejudiciais as demais províncias levaram em meados de 1850 ao levante de Urquiza, governador de Entre Ríos. Este, em conjunto com o governo brasileiro e os colorados uruguaios, derrotou em 1851 Oribe e Rosas e deu início a mais uma fase na história da Bacia do Prata e da relação bilateral entre Brasil e Argentina (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995; PAYRÓ, 2008).

No que concerne as Relações Internacionais da Bacia do Prata, em geral, e a relação brasileiro-argentina, em particular, a chegada de Rosas ao poder na Argentina é de extrema importância por dois fatores: i) A intenção de Rosas de recuperar para a Argentina os territórios perdidos referentes ao Alto Peru, Banda Oriental e Paraguai; ii) sua política de restrição a navegação no estuário platino (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995; PAYRÓ, 2008).

O primeiro fator é importante, pois o expansionismo argentino no Prata era inadmissível do ponto de vista dos objetivos geopolíticos brasileiros em relação a Bacia e significava uma ameaça a segurança do Império. Se Rosas anexasse a Banda Oriental e o Paraguai, não havia nada que o impedisse de avançar em direção ao Brasil e, ademais, a Confederação Argentina controlaria os dois principais portos e toda a navegação do Estuário Platino. Ou seja, lograria tanto vantagem econômica quanto vantagem estratégica em relação ao Brasil. Já o segundo fator é também de importância ímpar para o Brasil na medida em que a política de Rosas de restrição à navegação no estuário platino significava que o Brasil estava impossibilitado de acessar o interior da América do Sul e escoar a produção do charque rio-grandense (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995; PAYRÓ, 2008).

Em relação ao pós-independência no Brasil, ao contrário do ocorrido na Argentina, é notória a presença de um Estado centralizado, forte e operacional desde a declaração de independência no ano de 1822. Doratioto (2014) sublinha dois fatores que, segundo o

autor, contribuíram para tanto: i) O fato do Brasil ter sido durante cerca de 10 o centro do Império Luso-brasileiro e ii) a continuidade da monarquia no pós-independência tendo um membro da corte portuguesa, D. Pedro I, ter tido papel fundamental no processo independentista (DORATIOTO, 2014).

Como consequência de um Estado mais forte e centralizado, o Império brasileiro teve a capacidade de manter a extensão territorial do país (mais uma vez em contraposição ao processo argentino). No que tange ao governo de D. Pedro I, o Brasil conseguiu sufocar os primeiros movimentos separatistas (tentativa de estabelecimento da Confederação do Equador, em Pernambuco, 1824) e segurar durante três anos a invasão argentina na Província Cisplatina. Ademais, no Período Regencial e Segundo Reinado, o Rio de Janeiro conseguiu se sustentar perante as diversas revoltas que eclodiram por todo território nacional. Dentre estas, a Revolução Farroupilha (1835-1845), merece especial destaque por sua estrita conexão e impacto nas relações internacionais da Bacia do Prata (ALARCÃO, 2006; DORATIOTO, 2014).

A terceira explicação de Hensel (1997), a Reputação, pode nos dar uma explicação razoável acerca do posicionamento de Pedro I em relação a Banda Oriental na década de 1820 e do Rio de Janeiro em relação aos movimentos separatistas desde Pernambuco, 1824. Parafraseando uma vez mais Walter (2003, p.140, tradução livre⁷) a “disposição dos Estados para negociar é inversamente proporcional ao número de atores que ele espera ter, no futuro, uma divergência de interesses no que tange a questão espacial”. Ou seja, o posicionamento irredutível de Pedro I que levou a Guerra da Cisplatina e o sufocamento por meios militares dos movimentos separatistas podem ser entendidos como uma tentativa de manter a integridade do território brasileiro e, ao mesmo tempo, passar a mensagem para o futuro de que os custos de um movimento separatista seriam mais altos (ALARCÃO, 2006; DORATIOTO, 2014; HENSEL, 1997; WALTER, 2003).

A insistência de Pedro I acerca da Banda Oriental e o prolongamento da Guerra Cisplatina teve terríveis consequências para o Primeiro Império. Em especial, o confronto com a Argentina trouxe grandes problemas financeiros para o Estado brasileiro e acabou

7. “Hypothesis 1: A Government’s willingness to accommodate demands for territorial autonomy or Independence will be inversely related to the number of additional challengers a government expects to encounter in the future” (WALTER, 2003, P.140)

desgastando politicamente o imperador. Nesse sentido, Pedro I abdica do trono em 7 de abril de 1831 dando origem ao período regencial (DORATIOTO, 2014).

O período regencial (1831-40) é um período relativamente morno em relação a atuação do Brasil na Bacia do Prata por dois motivos em especial: i) internacionalmente havia relativa estabilidade na política regional trazida pela independência do Uruguai; e ii) internamente o Estado brasileiro teve que lidar com uma série de revoltas provinciais e movimentos separatistas. Dentre estes, a Revolução Farroupilha (1835-45) merece particular atenção, na medida em que se involucra na complexa conjuntura platina do começo da década de 1840 (DORATIOTO, 2014).

Em meados de 1840, a estabilidade política regional trazida pela independência uruguaia cai por terra com o início da Guerra Grande (ou Guerra Civil Uruguaia) entre Colorados e Blancos. Após a eclosão da guerra, Manuel Oribe, segundo presidente uruguaio e líder dos blancos, refugia-se em Buenos Aires e busca apoio em Rosas. Cabe destacar que os Blancos eram essencialmente pecuaristas e controlavam naquela ocasião o interior da Banda Oriental. Do outro lado, Fructoso Rivera, primeiro presidente uruguaio e líder dos colorados, passa a controlar Montevidéu e defender o interesse comercial da elite burguesa uruguaia (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995)

O governo regencial e na década de 1840, Pedro II, passaram, então, a enfrentar uma encruzilhada no que tange a Bacia do Prata. Era claro o vínculo Farroupilha a Rivera e aos Blancos uruguaiois. Rivera dava livre acesso ao porto de Montevidéu aos revoltosos gaúchos. A partir do Uruguai, os rio-grandenses podiam escoar a sua produção de charque, fator essencial para a sustentação e financiamento da revolta (DORATIOTO, 2012, 2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995; PAYRÓ, 2008).

Nesse sentido, Rivera não era visto como figura de confiança pelo Rio de Janeiro. No entanto, tampouco o Império poderia confiar em Oribe, na medida em que este estava próximo de Buenos Aires e Rosas demonstrava cada vez mais a intenção de reaver para a Confederação Argentina a Banda Oriental e o Paraguai. Criou-se, então, um extremamente complexo quadro regional onde a questão territorial é uma vez mais o elemento central e até o fim da Revolta Farroupilha o Brasil esteve impossibilitado de atuar de forma ativa no Prata (DORATIOTO, 2012, 2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995; PAYRÓ, 2008).

Assim, tendo sido concluída a análise dos aspectos internos do pós-independência de Brasil e Argentina na próxima seção serão analisados os conflitos cisplatinos da primeira metade do século XIX. Isto é, procurar-se-á entender a maneira pela qual a questão territorial contribuiu para a eclosão tanto da Guerra Cisplatina (1825-28), quanto da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

Os conflitos Cisplatinos na primeira metade do século XIX

Antes de entrar em efetivo na análise da Guerra Cisplatina e da Guerra contra Oribe e Rosas, proponho voltar alguns anos no tempo e discutir 3 aspectos: i) A disputa colonial entre Portugal e Espanha pelo controle da Banda Oriental, em especial a questão de Sacramento; ii) A primeira invasão portuguesa à Banda Oriental no ano de 1811; iii) A segunda invasão portuguesa à Banda Oriental no ano de 1816.

Desde o período colonial a região platina é alvo de disputas territoriais entre Espanha e Portugal. No ano de 1493, a partir do Tratado de Tordesilhas, se é definido direito Espanhol sobre a Banda Oriental. Entretanto, Portugal invade em 1680 a Banda Oriental e funda a Colônia de Sacramento sob a benção de uma bula papal expedida por Inocêncio II. Tida pelos lusos como polo comercial e militar de seu território colonial sul-americano Sacramento permanece sobre jugo português até metade do século XVIII. Neste entremeio, a disputa entre as duas metrópoles continua intensa e só irá ser solucionada, embora de forma parcial, pela assinatura no ano de 1750 do Tratado de Madrid. Pelo tratado, Sacramento ficaria sobre controle Espanhol enquanto o interior da Banda Oriental estaria sob jugo português (REICHEL e GUTFREIND, 1995).

Entretanto, a disputa pelo controle da região pelas coroas ibéricas se perpetua e em 1777 é assinado o Tratado de Ildelfonso. Nele, enquanto a Banda Oriental passa a fazer parte de território colonial espanhol, Portugal recebe para si o direito a livre navegação no estuário platino. Cabe destacar, ainda, que este tratado tem especial importância na medida em que as fronteiras definidas aqui serão o recorte espacial adotado em 1851 após a guerra contra Oribe e Rosas (REICHEL e GUTFREIND, 1995).

Cerca de 40 anos depois, em 1811, estando a Argentina instável em consequência da independência do Vice Reinado do Rio da Prata, D. João retoma o antigo projeto expansionista da coroa por-

tuguesa e invade a Banda Oriental com intenção de chegar a Montevideu. Entretanto, sob pressão da diplomacia inglesa, a coroa portuguesa é forçada a recuar e retira-se da região meses depois. Um eventual conflito na região seria prejudicial para os interesses comerciais britânicos no Prata. (DORATIOTO, 2012; PAYRÓ, 2008; REICHEL e GUTFREIND, 1995).

Por fim, no ano de 1814, em meio às disputas interprovinciais dentro do Vice Reinado do Reino da Prata, o Caudilho Oriental Artigas cria a Liga dos Povos Livres sobre as bandeiras do reformismo social, do federalismo e da independência oriental. Durante os anos que se seguiram, a Liga se fortalece e se expande, chegando a incursionar a leste em território brasileiro. No ano de 1816, D. João se aproveita do confronto entre artiguistas e portenhos e promove a Segunda Invasão da Coroa Portuguesa a Banda Oriental sob pretexto de ameaça oriental a estabilidade do Rio Grande do Sul (DORATIOTO, 2012,2014; PAYRÓ, 2008; REICHEL e GUTFREIND, 1995).

Um ano depois, 1817, as forças portuguesas chegam a Montevideu sem oposição de Buenos Aires dado relativo predomínio federalista no pós Congresso de Tucumán. No entanto Portugal só foi capaz de derrotar completamente Artigas e a Liga dos Povos Livres no ano de 1820. Um ano depois, a Banda Oriental é anexada ao Império Luso Brasileiro sob o nome de Província da Cisplatina e, após a proclamação da independência em 1822, passa a integrar o território brasileiro (DORATIOTO, 2012,2014; PAYRÓ, 2008; REICHEL e GUTFREIND, 1995).

A Guerra da Cisplatina

Durante a década de 1820, como destacado anteriormente, o Estado argentino ainda carecia de centralização política e era marcado pelas disputas intraprovinciais. Estas, que se materializavam no confronto entre Federalistas e Unitários. Nesse período, a pressão pela reincorporação do Alto Peru, da Banda Oriental e do Paraguai ao território das Províncias Unidas vem especialmente dos Unitários. Entendia-se que o Tratado de Idelfonso deveria ser respeitado e que a Banda Oriental era, de direito, posse Argentina. Ademais, os portenhos temiam uma potencial retomada do expansionismo luso pelo Império brasileiro (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995).

Em 1823, sob ordem Unitária, o governo de Buenos Aires tenta por vias diplomáticas acordo com o Rio de Janeiro para rein-

tegração da Banda Oriental às Províncias Unidas. Entretanto, naquele momento não era de interesse brasileiro um acordo com a Argentina. É possível entender a posição brasileira por duas razões: i) O Estado brasileiro havia recentemente proclamado sua independência, conseqüentemente, um acordo com a Argentina e a perda da Província Cisplatina poderia representar a fraqueza do governo central e incentivar movimentos separatistas em todo território brasileiro; ii) um acordo com a Argentina significaria, a) vulnerabilidade do território brasileiro frente ao expansionismo portenho e b) perda do porto de Montevideú. Ou seja, daria uma vantagem estratégica, do ponto de vista de segurança e comercial a Buenos Aires. Assim, construía-se uma divergência de interesses entre Brasil e Argentina em relação a Banda Oriental que, ao que tudo indicava, levaria a um confronto direto entre as duas nações (DORATIOTO, 2012,2014; HENSEL, 1997; PAYRÓ, 2008;.REICHEL e GUTFREIND, 1995; WALTER, 2003).

No ano de 1825, após a ascensão de Rivadavia ao poder em Buenos Aires, os unitários ganharam a força necessária para levar a frente o intento de reincorporação da Banda Oriental. Nesse sentido, o congresso das Províncias Unidas rompe as relações com o Rio de Janeiro, declara Guerra ao Brasil e, por fim, Lavaella e os *Treinta y tres orientales* desembarcam na Banda Oriental ocupando, após a Batalha de Sarandí, o interior da região. Entretanto, o progresso argentino acabava aí. Mesmo após vencer a batalha de Passo do Rosário o exército portenho não conseguiu invadir Montevideú e Sacramento (DORATIOTO, 2012, 2014; PAYRÓ, 2008).

Assim, chegou-se a um *deadlock*, ou impasse, de três anos. Nem o exército imperial conseguia avançar, dada a superioridade em terra das tropas argentinas e nem o exército argentino conseguia expulsar o Império de Sacramento e Montevideú. Nesse sentido, a guerra passa a trazer problemas para Brasil, Argentina e para os interesses comerciais britânicos, já que, i) o comércio na região era prejudicado e ii) os dois lados se enfraqueciam a cada dia. É nessa conjuntura que a Inglaterra intervém como mediadora do conflito e, apoiando os interesses independentistas orientais, propõe a criação do Uruguai como solução para a questão territorial (DORATIOTO, 2012,2014;REICHEL e GUTFREIND, 1995).

Após alguns meses de negociação, assina-se em 27 de Agosto de 1828 a Convenção Preliminar de Paz e a relação bilateral entre Brasil e Argentina desescala. Cabe destacar que, apesar do caráter

preliminar e provisório do acordo, os dois lados passam a ver a independência uruguaia com bons olhos, na medida em que o novo Estado passaria a funcionar como espécie de Estado tampão. Assim, para ambos, a presença do Uruguai significaria uma zona de segurança e uma forma de contenção de uma potencial política expansionista de qualquer uma das forças. Dada a conjuntura interna trazida pelo prolongamento da guerra, acreditava-se naquele momento ser a melhor solução possível para a contenda (DORATIOTO, 2012, 2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995)

A Guerra contra Oribe e Rosas

Durante a década de 1830, em grande medida pelo relativo sucesso da Convenção Militar de Paz e pela estabilidade política da Banda Oriental, a relação entre Brasil e Argentina se apaziguou. Entretanto, no ano de 1838, com a eclosão da Guerra Civil Uruguaia, começou novamente a se construir uma extremamente complexa conjuntura internacional onde as questões territoriais voltariam à mesa. Nesta Conjuntura, Rosas dá refúgio a Manuel Oribe após sublevação de Rivera e tanto os farroupilhas brasileiros, quanto Inglaterra e França, em resposta a cada vez mais ativa política de restrição a livre navegação no estuário platino praticada por Rosas, passam a dar suporte aos Colorados (DORATIOTO, 2012,2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995).

Durante o começo do Segundo Reinado no Brasil, Rosas passa a ser visto uma vez mais como ameaça a segurança imperial por i) recusar-se a aceitar independência paraguaia e ii) intervir no Uruguai à favor de Oribe. Ademais, ao restringir a livre navegação no estuário platino, Rosas ia terminantemente contra os interesses comerciais do império. Assim, a partir de 1840, o Brasil volta a possuir uma política mais ativa em busca de atingir seus objetivos na Bacia do Prata. Entre estes, pode-se encontrar um objetivo estratégico, conter o expansionismo de Rosas, e um objetivo comercial, garantir a livre navegação no estuário platino e, conseqüentemente, acesso ao interior da América do Sul (DORATIOTO, 2012,2014; PAYRÓ, 2008).

Até o ano de 1845, dada ligação de Rivera e do Partido Colorado com os revolucionários farroupilhas, Pedro II se viu impossibilitado de intervir concisamente e salvaguardar os interesses Brasileiros em relação ao Uruguai. Entretanto, em 1843 Rosas propõe aliança ao Rio de Janeiro, em resposta ao bloqueio britânico ao porto de

Buenos Aires, como forma de estabilizar uma vez mais o Uruguai. Esta é assinada pelo governo imperial, porém, não é ratificada pela Confederação Argentina, na medida em que, segundo Rosas, não contava com o aval de Manuel Oribe (DORATIOTO, 2012, 2014).

O Rio de Janeiro enxerga a não ratificação da aliança por parte de Buenos Aires como uma afronta ao império e uma prova das intenções de Rosas no que tange ao Uruguai e ao Paraguai. A preocupação acerca da questão da Banda Oriental era ainda maior na medida em que a Convenção Preliminar de Paz assinada em 1828 ainda tinha somente caráter provisório. Assim, o governo federal iniciou preparação para um possível novo confronto militar direto entre Brasil e Argentina (DORATIOTO, 2012; PAYRÓ, 2008).

Como elemento de primeira grandeza, urgia-se a resolução da questão farroupilha no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, no ano de 1845, estabeleceram-se negociações com os farrapos que tiveram como consequência a Paz de Poncho Verde em Março deste ano. Com a revolta rio-grandense sufocada, o governo imperial saiu do impasse em que se encontrava durante a primeira metade da década de 1840 e pode, finalmente, agir de forma mais ativa em relação à Guerra Grande (DORATIOTO, 2012, 2014; REICHEL e GUTFREIND, 1995)

No entanto, apesar da possibilidade de agência brasileira, Rosas se encontrava entre 1845-48 em ótima posição político-estratégica. Tudo levava a crer que, após a retirada do bloqueio britânico ao porto de Buenos Aires e do apoio anglo-francês a Rivera em 1847, a guerra civil uruguaia penderia para o lado dos Blancos e a Banda Oriental anexada ao território da Confederação. Ademais, no ano de 1846 a província de Corrientes se alinha uma vez mais a Buenos Aires e cessa conflito iniciado em 1845 após ter reconhecido, em contra posição portenha, a independência do Paraguai. Assim, cada vez mais Rosas centralizava o poder na Confederação e conseguia apoio para a conquista de seus objetivos em relação a Bacia do Prata (DORATIOTO, 2012, 2014)

Contudo, o jogo após o ano de 1848 começa lentamente a demonstrar sinais de mudança. No Paraguai, Carlos Antonio López ascende ao poder e depois de quase 20 anos põe fim a política isolacionista que caracterizou a Política Externa do ditador José Gaspar Rodríguez de Francia. Para López, Rosas representava um grande obstáculo para os objetivos comerciais paraguaios e para consolidação da internacionalização de seu país. Ademais, a política de restri-

ção a livre navegação nos rios da Prata e Uruguai impedia o acesso do Paraguai ao mar e, conseqüentemente, o escoamento eficiente de seus produtos. Desse modo López se aproxima de Pedro II, Rivera e, posteriormente, de Urquiza (DORATIOTO, 2012, 2014).

No ano de 1851, sob a justificativa de defesa aos interesses comerciais provincianos e urgindo por maior autonomia, a província de Entre Ríos, sob liderança de Urquiza, rompe com Buenos Aires. Além disso, firma aliança com o Rio de Janeiro, Paraguai e Rivera comprometendo-se, em troca de apoio em sua sublevação contra Rosas, a: i) cessar política expansionista em relação a Bacia do Prata; ii) reconhecer a independência de Paraguai; iii) dar suporte a Rivera em sua luta contra Oribe e reconhecer oficialmente a independência do Uruguai; iv) garantir a livre navegação no estuário platino (DORATIOTO, 2012;2014; PAYRÓ, 2008).

Assim, em meados de 1851 forças imperiais invadem a Banda Oriental em apoio a Rivera e, com o suporte de Urquiza e López, derrotam Oribe pondo fim a Guerra Civil Uruguiaia. Ademais, forças de Urquiza derrotam as tropas rosistas na Batalha de Caseros pondo fim ao governo Rosas na Condeferação Argentina. A partir da queda de rosas e do fim da Guerra Civil uma nova era se abre nas relações internacionais da Bacia do Prata e na relação bilateral entre Brasil e Argentina. A partir do estabelecimento de tratados de caráter definitivo acerca da definição das fronteiras regionais e do reconhecimento da Confederação Argentina das independências de Uruguai e Paraguai, quase 40 anos de divergências de interesse entre Rio de Janeiro e Buenos Aires chegam ao seu fim (DORATIOTO, 2012, 2014; PAYRÓ, 2008).

Conclusão

A partir da análise dos conflitos cisplatinos e tendo em vista o marco teórico apresentado na primeira parte do texto, foi possível confirmar a hipótese de trabalho estabelecida no começo do artigo. Isto é tanto a Guerra Cisplatina quanto a Guerra contra Oribe e Rosas foram causadas, não por uma disputa entre Brasil e Argentina por liderança, maior influencia ou hegemonia na Bacia do Prata, mas pela divergência de interesses entre Rio de Janeiro e Buenos Aires no que tange a Banda Oriental.

Pode-se afirmar, entretanto, que o eventual controle da Banda Oriental pelas Províncias Unidas/Confederação Argentina ou pelo

Império do Brasil daria clara vantagem estratégica e econômica ao lado vencedor. Esta vantagem poderia, quem sabe, servir como catapultas para em um futuro consolidar liderança ou hegemonia na região. No entanto, a busca por essa vantagem não pode ser entendida como a causa da guerra entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. Esta, ao que tudo indica, parece estar ligada a divergências de interesse em relação ao espaço platino

Outro ponto que merece atenção é o fato de que após a Guerra contra Oribe e Rosas, tendo-se sanadas as divergências de interesse em relação a Banda Oriental, a relação bilateral entre Argentina e Brasil entrou em uma nova fase. Nesta, apesar de em vários momentos o conflito ainda estar presente, este não chegou a escalar a ponto da eclosão de um confronto militar direto. O que corrobora, uma vez mais, a posição de Vasquez acerca da Explicação Territorial das Guerras. Ou seja, tendo-se resolvido a questão territorial por meio de um sistema de normas e instituições que garantem a estabilidade das fronteiras, a possibilidade da guerra entre os dois Estados diminuiu de forma considerável e o confronto militar direto foi restrito a um período histórico finito.

Por fim, é preciso acrescentar o importante papel que a Geografia pode ter dentro do campo das Relações Internacionais. Isso é, defende-se a necessidade de se refletir de forma mais aprofundada acerca de conceitos como o de espaço geográfico e de território. Conceitos estes tão caros as RI e que, de maneira geral, são reificados e postos em segundo plano no escopo de nossas análises.

Bibliografia

ALARCÃO, Janine. **O Saber e o Fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador**. 109f. Tese – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006

AHMADI, Syrus; HAFEZANIA, Mohammad; HOURCAD, Bernard. Geopolitics of Buffer Spaces: Characteristics of Iran's buffer situation between great powers in the nineteenth and twentieth century (ad). **Sci. Int. (Lahore)**, v.25, n.4., p.1019-1030, 2013

DORATIOTO, Francisco. A Formação dos Estados Nacionais no Cone Sul. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá; PATRIOTA, Antônio de Aguiar). **A América do Sul e a Integração Regional**. Brasília: FUNAG, 2012

_____. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1944)**. Brasília: FUNAG, 2014

DALBY, Simon. **The Geopolitics of the International System and Globalization**. International Association Annual Conference Paper: Pannel “ Multidisciplinary in International Studies”, fev. 15, 2009

- DIEHL, Paul 1991. Geography and War: A Review and assessment of the empirical literature. **International Interactions**, v. 17, n.1, p.11-27, 1991
- FISHER, Ronald. Methods of Third-Party Intervention. In: FISCHER, Martina; GIESSMANN, Hans; SCHMELZLE, Beatrix. **Transforming Ethnopolitical Conflict: The Berghof Handbook**. Berlin: Barbara Budrich, 2010
- HENSEL, Paul. Territory: Theory and Evidence on Geography and Conflict. **"Scientific Knowledge of War: Identifying Patterns, Constructing Explanations"**, Nashville, Mar., 1997
- PAYRÓ, Roberto. **Historia del Río de la Plata. Tomo II: Peripécias de la organización nacional em los países del Río de la Plata y sus vecinos, 1810-1852**. Livro digital, 2008. Disponível em: <<https://rppayro.files.wordpress.com/2008/10/historia-del-rio-de-la-plata-tomo-2.pdf>>. Acesso em: 01 de Ago. 2016
- REICHEL, Heloisa; GUTFREIND, Ieda. **Discutindo a História do Brasil: Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995
- SACK, David. **Human Territoriality: it's theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- SAKAGUCHI, Daisaku. Distance and Military Operations: Theoretical Background toward Strengthening the Defense of Offshore Islands. **NIDS Journal of Defense and Security**, n.12, p.83-105, 2011
- STARR, Harvey. Territory, Proximity, and Spatiality: The Geography of International Conflict. **International Studies Review**, v.7, n.3, p.387-406, 2005
- VASQUEZ, John. Why Do Neighbors Fight? Proximity, Interaction, or Territoriality. **Journal of Peace Research**, v.32, n.3, p.277-293, 1995
- _____ ; HENEHAN, Marie. Territorial Disputes and the Probability of War, 1816-1992. **Journal of Peace Research**, v.38, n.2, p.123-138, 2001
- WALTER, Barbara. Explaining the Intractability of Territorial Conflict. **International Studies Review**, v.5, n.4, p.137-153, 2003

Recebido em: 01/09/2016

Aceito em: 14/09/2016